

1 **ATA DA 106ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE**
2 **MS/CEC e 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE**
3 **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE MS/CONGFEHIS, REALIZADA NO DIA 14**
4 **DE DEZEMBRO DE 2017, NO AUDITÓRIO DA MS GÁS.**

5 Ao quatorze dias do mês de dezembro de 2017, reuniram-se no Auditório da MS Gás,
6 em Campo Grande/MS, os membros do Conselho Estadual das Cidades de Mato
7 Grosso do Sul - **CEC/MS: Maria do Carmo Avesani Lopez (CEC e CONGFEHIS)** –
8 Secretária Executiva do Conselho Estadual das Cidades – CEC/MS; **Inês Pereira**
9 **Esteves** – Departamento Estadual de Trânsito/DETRAN-MS; **Antonio Claudio Lanza**
10 **de Almeida** – Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul/SANESUL;
11 **Paulo Cesar Neves de Matos** – Caixa Econômica Federal/CEF; **Aquino Pereira de**
12 **Oliveira** – Prefeitura Municipal de Figueirão; **Elza Alves de Matos** - Federação das
13 Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Valdo Pereira**
14 **de Souza (CEC e CONGFEHIS)** - Federação das Associações de Moradores do Estado
15 do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edson Ageo Maidana Nunes (CEC e CONGFEHIS)** -
16 Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS;
17 **Sergio Paulo Barboza Rocha** - Federação das Associações de Moradores do Estado
18 do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Claudio Hideaki Kitaguti** – Sindicato Empresas de
19 Compra, Venda, Locação e Adm. De Imóveis e dos Edifícios em Cond. Resid. E Com.
20 Do Estado de MS/SECOVI-MS; **Dirceu de Oliveira Peters** – Instituto de Arquitetos do
21 Brasil Departamento de MS/IAB-MS; **Silvia Bontempo** – Ordem dos Advogados do
22 Brasil Seção Mato Grosso do Sul/OAM-MS; **Aroldo Abusafi Figueiró** – Instituto de
23 Desenvolvimento Tecnológico – INDETEC/MS; **Ana Claudia Delgado Bastos Braga** –
24 Associação Parque Zoológico de MS/APAZOO; e os membros do Conselho do
25 Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social de Mato Grosso do Sul –
26 **CONGFEHIS/MS: Cynara Leite Okuhira** – Superintendência da Habitação Social –
27 AGUEHAB/MS; **Leonardo Tostes Palma** – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
28 Desenvolvimento Econômico; **Gisela Luzia Fernandes** – Secretaria de Estado de
29 Infraestrutura/SEINFRA-MS; **Tânia Maria de Souza Marques e César Magalhães** da
30 Secretaria Executiva do CEC. A **106ª Reunião** Ordinária do Conselho Estadual das
31 Cidades/CEC e **47ª Reunião** Ordinária do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de
32 Interesse Social/CONGFEHIS-MS tiveram como pauta: **Abertura; Informes; Aprovação**
33 **das Atas da 104ª e 105ª RO do CEC E 46ª RO do CONGFEHIS; Arrecadação do**
34 **FEHIS e Morar Legal até o mês de novembro/2017; Aprovação do Calendário de**
35 **Reuniões para o ano de 2018 do CEC e CONGFEHIS; Apresentação de Estudo do**
36 **Gestor do FGTS; Definição de pauta para próxima Reunião.** A Secretária Executiva
37 **Maria do Carmo Avesani Lopez** fez a abertura da reunião cumprimentando a todos e
38 passou para os **Informes**: Indagou se os Conselheiros teriam algum informe. Não
39 havendo manifestação a **Senhora Maria do Carmo** informa que neste ano não haveria
40 uma confraternização como de costume, mas que haveria uma no ano seguinte, na
41 primeira reunião do ano, juntamente com a posse dos novos Conselheiros. Em seguida
42 passou para a **Aprovação das Atas**. As referidas Atas foram aprovadas pelos
43 presentes. Posteriormente passa a palavra a **Senhora Tânia Marques** que faz alguns
44 informes: comunica que a primeira reunião de 2018 na qual teremos a posse dos novos
45 Conselheiros, está pré-agendada para o dia 22 de fevereiro, mas que poderá sofrer
46 alterações em virtude da agenda do Senhor Governador. Informou ainda, que diversas
47 entidades ainda estão com pendências na entrega de seus documentos e da nomeação

48 dos novos Conselheiros para a gestão 2018 a 2021 e em virtude das pendências, ainda
49 não foi possível fazer a publicação com a nomeação dos Conselheiros para o próximo
50 mandato. O **Senhor Aroldo Abusafi** interpela para que haja a publicação dos nomes já
51 indicados, pois as demais entidades não estão se manifestando dentro do prazo
52 estabelecido. A **Senhora Maria do Carmo** questiona se o prazo está sendo
53 descumprido, sendo confirmado pela **Senhora Tânia Marques**, então a **Senhora Maria**
54 **do Carmo** solicita que seja encaminhado mais um ofício, estipulando novo prazo. Caso
55 persistam a não entrega dos documentos, que seja publicado sem os nomes indicados
56 dentro do prazo. A **Senhora Tânia Marques** dá andamento, informando sobre as
57 indicações do CONGFEHIS, que as quatro entidades eleitas na Conferência Estadual
58 que indicam quais entidades irão fazer parte do GONGFEHIS. Sendo elas, as Entidades
59 Empresariais e de Trabalhadores. Com a Eleição de quatro entidades em cada
60 segmento, elas se reunirão e decidirão quem fará parte, e que as entidades escolhidas
61 devem indicar os Conselheiros que farão parte do CONGFEHIS. Prosseguindo a
62 **Senhora Tânia Marques** passa ao levantamento do comparativo de despesas de 2013
63 para 2017, solicitado pelo **Conselheiro Aquino**. A **Senhora Tânia Marques** demonstra
64 que em 2017 havia tido até então 10 Reuniões Ordinárias e a realização da 6ª
65 Conferência Estadual das Cidades. Com destaque para a 100ª Reunião Ordinária
66 realizada em julho de 2017, que foi preparado um histórico do Conselho com
67 depoimento de Conselheiros e ex-Conselheiros. Enfatizou que foi um marco para MS,
68 pois o CEC/MS vem cumprindo os objetivos de colaborar com a construção da Política
69 Urbana. Salaria ainda a 6ª Conferência Estadual das Cidades, que teve 710 pessoas
70 presente entre delegados e convidados em geral (em 2013 tivemos 388) e, que
71 contamos com a parceria da UEMS, Fundação de Cultura (Casa do Artesão),
72 SEDHAST, SEJUSP (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), Projeto Florestinha (Polícia
73 Ambiental), Prefeitura de Bela Vista (Marcelo Loureiro e Banda Som da Fronteira),
74 Espaço Plantare e LIFE OIL. Já as despesas da 6ª Conferência Estadual das Cidades,
75 foi estimado um gasto de **R\$ 185.870,22**, e a despesa efetuada foi de **R\$ 181.384,08**,
76 tendo uma economia de **R\$ 4.486,14**. Em comparativo, 2013 teve uma despesa de **R\$**
77 **155.255,70**. Observou que em 2013 não pagamos Centro de Convenções e em 2017 o valor
78 do aluguel foi de **R\$ 16.825,20**. O **Conselheiro Edson Maidana** indagou de porquê em
79 2013 não houve despesa com o aluguel do Centro de Convenções e em 2017 tivemos
80 que arcar com essa despesa. A **Senhora Tânia Marques** explica que a Fundação de
81 Turismo, emitiu a portaria conjunta FUNDTUR/SAD nº 02 de 03/03/17 (D.O 9375 de
82 22/03/17) onde consta tabela de preços para eventos realizados por qualquer órgão ou
83 entidade, mesmo sendo órgão do Governo do Estado. Que todos os eventos realizados
84 naquele local deverão pagar pela utilização dos espaços do Centro de Convenções.
85 Informou que em reunião com o Diretor Presidente da FUNDTUR, Sr. Bruno, ele
86 explicou que os valores são para manutenção e despesas administrativas, pois o local
87 necessita de inúmeras reformas e reparos. Enfatiza que na referida reunião, houve a
88 tentativa de utilizar os espaços sem custos, uma vez que a AGEHAB também pertence
89 ao estado, porém conseguimos apenas reduzir o valor do aluguel. O valor que era de 56
90 mil passou para 16 mil. Elucidou que, com o dobro de participantes nesta Conferência
91 de 2017, houve apenas um aumento de 16,86% em comparação ao que foi gasto em
92 2013. Adiante a **Senhora Tânia Marques** demonstra que o CONGFEHIS em 2017 havia
93 tido até então 06 Reuniões, que são bimestrais, com destaque para a alteração e
94 aprovação da Lei que amplia a utilização dos recursos do FEHIS. Prosseguindo, a
95 **Senhora Tânia Marques** expõe o **Calendário de Reuniões do ano de 2018 para**

96 **aprovação:** explica que em virtude da contenção de despesas, foi proposto que as
97 reuniões bimestrais do CONGFEHIS fossem realizadas juntamente com as reuniões do
98 CEC, exceto se ocorrer da reunião do CEC ser itinerante. O calendário foi aprovado
99 pelos Conselheiros. Avançando a Senhora Tânia passa palavra para **Senhora Maria do**
100 **Carmo** que faz a apresentação da **Arrecadação do FEHIS, Morar Legal e taxas até o**
101 **mês de novembro/2017. FEHIS: no mês de novembro/2017 = R\$ 218.611,07,**
102 **totalizando até o momento em R\$ 2.589.583,35. Morar Legal: no mês de**
103 **novembro/2017 = R\$ 106.699,36, totalizando até o momento em R\$ 1.266.720,27. A**
104 **arrecadação referente as taxas para pagamento de despesas operacionais: no**
105 **mês de novembro/2017 = R\$ 18.178,16, totalizando até o momento R\$ 208.260,74.**
106 **O montante do FEHIS e Morar Legal = R\$ 3.851.303,62. O valor acumulado**
107 **2015/2016/2017= R\$ 10.306.377,53. O valor acumulado 2016/2017 referente às taxas**
108 **= R\$ 418.656,20.** Prosseguindo a **Senhora Maria do Carmo** passa para apresentação
109 de Estudo do Gestor do FGTS. Iniciando, informa que o FGTS possui R\$ 486 bilhões de
110 ativos administrativos e que a cada dia ocorrem em média 100 mil pagamentos de
111 saques do FGTS. Sendo que até outubro/2017, R\$ 50 bilhões foram contratados pelo
112 FGTS nas áreas de habitação, infraestrutura e saneamento e, os financiamentos do
113 FGTS beneficiaram cerca de 4 milhões de pessoas. Seguindo, demonstra o balancete
114 do FGTS de dez/15 e dez/16 e o balancete provisório até set/17. O total de ativos em
115 dezembro de 2015 era de R\$ 457.609,00; em dezembro de 2016 R\$ 505.282,00; já em
116 setembro de 2017 em virtude de muitos saques, houve uma redução de 3,8%, ficando
117 no valor de R\$ 486.222,00. Verifica-se aqui, o impacto em virtude dos saques das
118 contas inativas, afetando a disponibilidade no fundo, e prejudicando um pouco as
119 contratações. Em razão dos referidos saques, houve menos disponibilidade de recursos
120 do FGTS, mas em contrapartida acabou injetando mais recursos no mercado. Quando o
121 Governo Federal fez o estudo, o intuito era um meio de colocar mais recursos no
122 mercado, e como havia mais de 10 milhões de contas inativas, o governo achou melhor
123 injetar recursos através dessas contas inativas do FGTS do que por outros meios. A
124 **Senhora Maria do Carmo** explica ainda que o Ministério das Cidades colocou uma trava
125 nas novas contratações, mediante a menor disponibilidade de recursos do FGTS, e que
126 desta forma todos os meses passou a ter um limite de gastos. Adiante, a **Senhora Maria**
127 **do Carmo** mostra os saldos de operações de crédito, no qual a distribuição do saldo do
128 FGTS para a habitação é de 89,3%, sendo R\$ 289,9 bilhões; saneamento 6,1%, sendo
129 R\$ 19,9 bilhões; infraestrutura é de 4,5%, sendo R\$ 14,7 bilhões. Já a arrecadação
130 líquida, continua mantendo a média em comparação de 2012 a 2017, porém em virtude
131 da liberação no saque das contas inativas, essa disponibilidade diminuiu. Em 2012 a
132 variação de arrecadação era de 14,9% e de saque à variação 12,8%, com arrecadação
133 líquida de 23,1%; em 2016 a variação de arrecadação ficou em 4,9%, de saque em
134 9,9%, e a arrecadação líquida ficou em -29,2%. O **Conselheiro Paulo Cesar Neves**
135 esclarece que a evolução do orçamento e do desconto comparando 2016 e 2017 está
136 próxima, e que o estudo demonstrado ainda não tem o lançamento do último trimestre
137 de 2017. Sendo assim, a Caixa Econômica ainda continua disponibilizando recursos, a
138 diferença é que agora há um limite mensal para essa disponibilidade. Prosseguindo, a
139 **Senhora Maria do Carmo** passa para o orçamento plurianual do FGTS que foi proposto
140 para 2018: os recursos no montante de **R\$ 85.517.000,00**, sendo: para habitação R\$
141 **53.970.000,00**, enfatizando que não existe o risco de acabar o recurso, como muitas
142 pessoas têm dito, e que o FGTS é de grande importância para a habitação, pois, as
143 contratações da Faixa 1 no ano foram mínimas, não passando de 700 unidades. Falou

144 ainda da importância do uso do FGTS em parceria com as entidades para as
145 construções e contratações de moradias, comentando a situação de dificuldade que o
146 país passou, e por isso ficamos 3 anos sem contratações na faixa 1. O **Conselheiro**
147 **Paulo Cesar Neves** solicita ajuda das Entidades no sentido de orientar os beneficiários
148 a pagar suas prestações, para diminuir a inadimplência, aumentando a arrecadação
149 para que tenhamos a possibilidade de construir mais e contratar mais. Esclarece que os
150 empreendimentos em construção (em andamento), que já foram entregues parte dos
151 imóveis, se estiverem com inadimplência alta, os recursos serão bloqueados até que os
152 pagamentos sejam feitos, ou seja, os beneficiários que já receberam as casas,
153 necessitam colocar as prestações em dia para que os restante dos imóveis possam ser
154 concluídos. A **Senhora Maria Do Carmo** enfatiza que com a inadimplência alta, a Caixa
155 Econômica vai diminuir as contratações, afetando diretamente a construção de novas
156 moradias. Em seguida a Senhora **Maria do Carmo** passa para a **Senhora Tânia**
157 **Marques** finalizar. Ela agradece todos os Conselheiros por estarem conosco durante
158 todo o ano, agradece ainda as entidades que doaram alguns brindes para presentear os
159 Conselheiros através de sorteio. Em homenagem aos presentes, apresentou um vídeo
160 com mensagem familiar e de amizade. Finalizando passou para a **Definição de pauta**
161 **para próxima Reunião:** Posse dos Conselheiros Gestão 2018 a 2021. Nada mais a ser
162 tratado, a **Senhora Presidente Maria do Carmo** encerrou a reunião às 17h. Ata
163 redigida por **César Magalhães e revisada por Tânia Marques**.